

“A ESPECIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA É IMPORTANTE”

José Avelino Gonçalves, juiz presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco



JORNAL DO FUNDÃO – Concluídas que estão as obras de requalificação do Palácio da Justiça, sede da Comarca, quais os problemas que ainda se mantêm para o novo ano judicial?

JOSÉ AVELINO GONÇALVES – Muitos problemas transitam. A justiça do Interior, como outras áreas, é prejudicada em relação ao Litoral. Não há uma uniformidade de tratamento por parte do Terreiro do Paço. Mas estamos cá para tentar solucionar essas questões que se colocam no nosso trabalho.

Quando fomos colocados para gerir a nova gestão dos tribunais, aconteceu aquele grande problema técnico que não aguentou com o sistema informático (Citius). Houve problemas na migração de processos para os novos núcleos judiciais e especializados que não existiam antes. Durante dois ou três meses houve o colapso. Neste aspeto as coisas estão a melhorar bastante, temos até a possibilidade de os senhores magistrados poderem trabalhar à distância, a partir de

casa. Para elaborar um simples despacho, não precisam de se deslocar ao tribunal de turno. Tínhamos o problema das instalações do Palácio da Justiça de Castelo Branco e não tenho dúvidas que foi esta reforma da Justiça que permitiu que fossem feitas as obras.

Quais as melhorias introduzidas com a requalificação do imóvel?

Ganhou-se mais uma sala de audiência, os senhores magistrados passam a ter gabinetes próprios, finalmente vamos ter segurança no tribunal, que vai ser estendida aos restantes núcleos, existe essa promessa e é o que eu espero. A segurança é uma questão que me preocupa bastante. Maiores problemas só não aconteceram ainda devido à grande colaboração por parte das autoridades policiais da região que acabam por colmatar essa falta de segurança, que o poder central tem de assegurar em todos os tribunais. Há insegurança nos tribunais? Sobretudo ao nível da Família e Menores.

A reforma da Justiça acabou por deixar livres espaços nos tribunais. Tem projetos para a ocupação destas áreas?

No Tribunal de Castelo Branco gostaria de criar uma creche para os filhos dos funcionários judiciais e no Tribunal da Covilhã, do qual se prevê a saída das Conservatórias para o centro da cidade, a libertação deste espaço permitiria instalar os serviços do Tribunal da Família e Menores. Depois temos o velho problema das instalações do Tribunal de Trabalho da Covilhã. A situação já ultrapassou o limite, a segurança dos funcionários e cidadãos está de facto em causa. O edifício está cheio de problemas estruturais. Os cidadãos que se dirigem a este tribunal muitos dos quais sinistrados, não têm sítio para deixar o carro ou para poder avançar com uma cadeira de rodas. Este ano temos dinheiro por parte do ministério para fazer as obras e se passa este ano já não prometemos nada.

As instalações aguentam mais um inverno?

Gostaria que não fosse esse o caso, mas que dentro de meses as coisas estivessem solucionadas. As obras de adaptação da Casa dos Magistrados (para onde está prevista a reinstalação do Tribunal de Trabalho da Covilhã) demorariam dois a três meses, pelo que há tempo de resolver esta questão. A paciência está a esgotar-se... É verdade. Tenho esperança que esta questão se resolva este ano com a transferência deste tribunal para a Casa dos Magistrados, ao lado do Tribunal Judicial da Covilhã. Já temos disponibilidade financeira por

“A especialização da justiça é importante”

parte do Ministério para serem feitas as obras necessárias, temos os estudos e plantas feitas, falta só a disponibilidade do edifício (nota: um litígio entre a Câmara e a Rude, ali instalada, impede a disponibilidade das instalações). Cumprindo-se este projeto, a Comarca de Castelo Branco fica bem servida em termos físicos. E em termos de funcionários, se analisarmos os rácios nacionais, a Comarca está bem servida. Quanto ao quadro de magistrados, ele está completo com 24 juízes.

Passou um ano e as instalações do Tribunal de Trabalho da Covilhã não foram resolvidas. O que o leva a acreditar que será desta?

Porque tem de ser! Não há plano B! De vez em quando, tenho assim uns pensamentos de colocar este tribunal no núcleo judicial do Fundão, onde está instalado o Tribunal do Comércio, e até tínhamos instalações para esta mudança. Mas é uma questão que não quero levar por diante. É importante que o Tribunal de Trabalho se mantenha na Covilhã, até como sede do antigo círculo judicial merece mais do que aquilo que tem. Uma das questões já colocadas superiormente é a de desdobrar as instalações centrais, por exemplo, a instância central cível ficar em Castelo Branco e o crime na Covilhã. São contudo questões teóricas, que dependem do poder político em termos legislativos. Ou seja, a própria reforma da Justiça pode e deve ser aperfeiçoada.

Porque diz que foram os funcionários da Justiça que evitaram mais problemas no primeiro ano da reforma judicial?

Eu próprio estive envolvido, nem férias tive! Foi um esforço muito grande por parte de todos. O facto da Comarca ser pequena permitiu que nós trabalhássemos, muitas das vezes, com os processos à moda antiga, se não, teria sido pior.

De que forma a Justiça é o espelho dos problemas que se vivem na sociedade?

Os efeitos sentem-se essencialmente na Família e Menores, uma especialização da Comarca de Castelo Branco, com duas secções em Castelo Branco e na Covilhã, que é uma das mais-valias da reforma judiciária. É o sítio onde se regista maior crescimento do número de processos, de conflitos graves. Divórcios, problemas entre cônjuges, custódia dos filhos, muitos dos quais têm que ver com a crise de valores e com a crise económica instalada em Portugal. A especialização judicial desta área está a permitir que o tribunal tenha intervenção em mais casos e com maior eficácia do que anteriormente.

Nesse sentido é na Justiça que se verifica que os mais desprotegidos da sociedade são os idosos e as crianças.

Temos aqui noção disso, que os conflitos, por vezes, terminam de forma violenta e isso vem parar aqui. O tribunal é o último reduto, nós tentamos solucionar aquilo que já está produzido. Há uma crise de valores na sociedade, como vemos todos os dias, perante uma falta de autoridade do Estado. Os casos são muitos, complexos, colocamos à mão à cabeça e dizemos: como é possível? Situações em que polícias são baleados. Há uma percentagem cada vez maior de pessoas que não têm regras, educação, não respeitam os tribunais, e isso transforma-se em violência. Isso não conseguimos controlar, isso tem que ver com a educação cívica no crescimento do indivíduo em casa e nas escolas. É também por isso que lhe falei da segurança nos tribunais, uma questão que eu considero essencial. E só não aconteceram casos de violência dentro da Comarca porque as autoridades colaboraram connosco e também porque o Interior conserva ainda alguns valores.

Faz sentido falar-se de uma Comissão de Protecção ao Idoso?

Penso que sim. As entidades, a nível nacional, as polícias, estão alertadas para este problema. Já estão a fazer um trabalho de campo de apoio ao idoso, por parte das Câmaras e das

autoridades policiais e com mais força no Interior, porque a realidade é aquela que conhecemos. Justificar-se-á que o Ministério da Justiça olhe para esta matéria de outra forma, até em termos legislativos.

A reforma da Justiça afastou os cidadãos?

A especialização dos tribunais, tem futuro. O juiz não pode tratar de tudo, não tem capacidade para tratar de um menor, depois de um homicida, com problemas depois para a eficácia da decisão. A especialização da Justiça é importante tal como o é na Medicina. A Comarca de Castelo Branco vai desde Penamacor até Vila de Rei, é uma área geográfica muito grande, não há transportes públicos. Os Tribunais Especializados foram sedeados em Castelo Branco, Covilhã e Fundão, ou seja, toda essa gente que mora nos outros concelhos tem de se deslocar quando são convocados e, se se recusarem, têm as sanções previstas na Lei. Por isso digo que a reforma acabou por afastar a população do Interior dos centros de julgamentos. Temos analisado esta situação e por isso, com a colaboração das autarquias, estamos a instalar uma rede de videoconferências nos núcleos municipais que não têm tribunal, que é o caso de Proença-a-Nova, onde já está instalado o sistema e que se vai estender a Vila Velha de Ródão, Vila de Rei e Belmonte. Isto permite que as pessoas idosas, que não têm posses, possam ser ouvidas no sítio onde residem.

Os cidadãos convocados pelo tribunal passaram a faltar mais por causa da distância?

Não diria isso, porque as pessoas sabem que a falta é sancionada. Diria é que a disposição da testemunha chegar ao juiz e dizer o que sabe não é a mesma. Uma pessoa que vem de Penamacor, que tem de pagar um táxi para o Tribunal de Castelo Branco, mesmo que o juiz possa fixar uma quantia para ajudar a despesa do transporte, os encargos não se ficam por aqui, é o almoço, o dia que se perde... Por muito simpático que seja o juiz, o testemunho não sai naturalmente, notamos que o cidadão chega ao tribunal inconformado. Por causa disso os autarcas de Oleiros e Proença-a-Nova estabeleceram uma colaboração ao nível de transportes. O tribunal ficou de comunicar quando é que há julgamentos e eles asseguram o transporte das pessoas que queiram vir. É um bom exemplo de como as autarquias podem atenuar problemas.

De que forma pode a Justiça melhorar a sua imagem, como defendeu no discurso que marcou o início do novo ano judicial?

No fundo, passando a explicar às pessoas porque é que determinados processos decorrem daquela maneira. Parte da Justiça tem os alicerces no poder legislativo. Os funcionários, o Conselho Superior da Magistratura e Conselho Superior do Ministério Público têm de trabalhar dentro deste quadro. E é aí que os juízes têm logo um problema. Efetivamente, quem se desloca à Justiça e perde a ação passa a não gostar de nós. Contra isso não podemos fazer nada. É a estes que devemos tentar demonstrar porque é que as coisas correram daquela forma. A Justiça tem de procurar ter mais visibilidade, temos de fazer algum “charme” também, porque ela é importante para a sociedade e esta precisa da Justiça. Nunca se falou tanto de Justiça... ...mas não pelos melhores motivos. A fuga ao segredo de justiça já roça a ilegalidade e isso não é permitido.

Quando falo da transparência é no sentido de explicar às pessoas como funciona, porque é que o juiz desta área demora um mês para decidir, porque é que os julgamentos, por vezes, se estendem por uma semana, duas ou um mês. O funcionamento é que tem de ser explicado.

A morosidade na resolução dos processos é a queixa mais presente nos cidadãos. Compreende o lamento?

Tal como em outras Comarcas, nós também vamos ter objetivos para atingir este ano, fixado pelo Conselho Superior da Magistratura. Não está ainda decidido, mas passará por aproximar o cidadão dos sítios da especialização judicial, ou seja, dos tribunais, e o de se definir um mínimo e um máximo de tempo para a marcação de julgamento.

Os processos que temos mais atrasados, que não conseguimos controlar, tem a ver com as execuções. Este é o grande problema estrutural da justiça portuguesa.

In: "Jornal do Fundão - 17 Sep 2015 -Célia Domingues - JF"